

O Empoderamento Feminino no Processo de Rompimento do Ciclo de Violência Doméstica

El Empoderamiento Femenino en el Proceso de Romper el Ciclo de la Violencia Domestica

Women's Empowerment in the Breakdown Process of Domestic Violence Cycle

Mariana Ferreira Bezerra
Carla Figueiredo Marinho Saldanha

Resumo: O presente artigo é resultado do recorte estabelecido na pesquisa que vem sendo realizada junto a uma rede de mulheres vítimas de violência doméstica no município de Igarapé Açú, localizado na Região Nordeste do Estado do Pará. O mesmo visa compreender como mulheres que se encontravam em relacionamentos violentos conseguiram se 'desvencilhar' de seus agressores, tendo o empoderamento feminino como ponto de partida. Para isso, além da leitura realizada que direcionou nosso olhar, foi realizado o mapeamento das interlocutoras, que nos narraram suas histórias de vida, expandindo assim as possibilidades de análise. Analisar a partir dessa perspectiva nos fez entender a importância do empoderamento no combate à violência doméstica, pois, ao realocar os focos de poder, recupera a autoestima e possibilita a igualdade entre os gêneros.

Palavras-chave: Empoderamento. Violência Doméstica. Mulheres.

Resumen: Este artículo es resultado del enfoque establecido en la investigación que se ha realizado con una red de mujeres víctimas de violencia intrafamiliar, en el municipio de Igarapé Açú, ubicado en la Región Nororiental, en el estado de Pará. Tiene como objetivo comprender cómo si se encontraban en relaciones violentas, lograban 'desprenderse' de sus agresores, con el empoderamiento femenino como punto de partida. Para ello, además de la lectura que dirigía nuestra mirada, se realizó el mapeo de los interlocutores, quienes nos narraron sus historias de vida, ampliando así las posibilidades de análisis. Analizar desde esta perspectiva nos permitió comprender la importancia del empoderamiento en el combate a la violencia intrafamiliar, ya que al reasignar los focos de poder recupera la autoestima y posibilita la igualdad entre géneros.

Palabras clave: Empoderamiento. Violencia Domestica. Mujeres.

Abstract: The present article is the result of the cut established by in the research that has been carried out with a network of women victims of domestic violence, in the municipality of Igarapé Açú, located in the Northeast Region, in the state of Pará. It aims to understand how women who were in violent relationships they managed to 'get rid' of their aggressors, with female empowerment as a starting point. For this, in addition to the reading that directed our gaze, the mapping of the interlocutors was made, who narrated their life stories to us, thus expanding the possibilities of analysis. Analyzing from this perspective made us understand the importance of empowerment in combating domestic violence, since by reallocating the focuses of power, it regains self-esteem and enables equality between genders.

Keywords: Empowerment. Domestic Violence. Women.

Mariana Ferreira Bezerra – Graduada de Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Pará – UEPA. Monitora de Sociologia na Universidade do Estado do Pará – UEPA. E-mail: marryfbc@gmail.com

Carla Figueiredo Marinho Saldanha – Doutoranda em Antropologia no Programa de Pós Graduação em Antropologia e Sociologia - PPGSA/ UFPA. Professora Substituta na Universidade do Estado do Pará- UEPA. Graduada em Ciências Sociais e Letras. Especialista em Planejamento de Áreas Amazônicas - FIPAM XXI/ NAEA. E-mail: marinhocarla83@gmail.com

INTRODUÇÃO

A mulher por anos tem sofrido com a cultura machista que a inferioriza e a coloca como destituídas de poder. Entre os fatores que as levaram a tal situação estão: ideologias biologizantes, que estabeleciam sua diferença biológica como fator para discriminar e oprimir; assim como ideologias pautadas na religião, que prezava pela família tradicional (homem, mulher e filhos). “As religiões forjadas pelos homens refletem essa vontade de domínio” (BEAUVOIR, 1970, p. 16). A construção do “eterno feminino” foi usada para abafar manifestações femininas sobre os direitos trabalhistas durante a revolução industrial no século XIX, e disseminava a figura da mulher ideal, que seria a frágil, sensível, com vocação para os afazeres do lar e da maternidade. Assim, não teve um fato histórico marcante que definiu a inferioridade feminina, é uma ideologia construída socialmente por um gênero dominante que não quer perder seus privilégios, “[...] a construção social na supremacia masculina exige a construção social da subordinação feminina” (SAFFIOTI, 1987, p.29).

O patriarcado estabelece a sociedade em volta do patriarca, logo, do homem, determina as relações de poder como unidirecional, na qual a mulher se encontra no patamar abaixo. Essa cultura machista, incorporada, faz com que muitas mulheres não questionem o que é imposto. A submissão é naturalizada como se fizesse parte de sua essência biológica, quando na verdade “somos seres sociais, afinal de contas, e internalizamos as ideias através da socialização” (ADICHIE, 2014, p.37). Como afirma Durkheim (2000), esse binarismo estabelecido entre os gêneros foi criado por uma lógica que está composta dentro da hierarquia social. É uma unidade do conhecimento que se estende da coletividade ao universo.

Essas classificações opressoras geram uma série de consequências à mulher em sua vivência. Já que foram criadas para se reprimir, não falam e não exprimem seus desejos sexuais, são passivas, “como se a feminilidade se medisse pela arte de ‘se fazer pequena’” (BOURDIEU, 2002, n.p). Desde a infância, somos ensinadas como devemos nos comportar e agir, porém não de uma forma autônoma, mas sim em função do agente dominador, “[...] criamos as meninas de maneira bastante pernicioso, por que as ensinamos a cuidar do ego frágil do sexo masculino” (ADICHIE, 2014, p.33). A virilidade do homem, se constitui nessa relação, um aspecto do seu poder e deve ser provado perante a sociedade, é o poder do macho, que não demonstra emoções, que sustenta a família, que é potente no sexo.

Essa virilidade legitimadora do seu poder constitui, também, segundo Saffioti (1987), na castração do homem, no qual reprime sua sensibilidade e seus desejos em prol do bom desempenho do papel de “macho”. Uma forma de demonstrar sua “masculinidade” é a prática de violência doméstica. Pois no casamento ele é o chefe da família. “Ele é a autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar. Sua presença faz da família uma entidade moral positiva, na medida em que ele garante o respeito” (SARTI, 1994, p.78). Logo, muitas mulheres se submetem por anos à violência de seus companheiros e cônjuges, pois lhe foi repassado cada papel social estabelecido dentro da união. E, como afirma Louro (2007), papéis sociais são normas e regras arbitrárias, padrões de comportamento que enclausuram as identidades dos sujeitos, que não dão conta da complexidade social. A padronização do comportamento resulta muitas vezes na rotinização da violência sem ação da vítima para a denúncia, o que prejudica muito o combate ao problema social.

1. Violência Doméstica e Empoderamento

A violência é discutida na lei Maria da Penha (11.340/2006), na qual é definida em seu Artigo 5º “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006). E pode ser classificada em: a) Física, em que é ferida a integridade e saúde corporal da mulher; b) Psicológica, que consiste em ameaças, diminuição da autoestima, chantagem, violação do direito à liberdade; c) Sexual, que é obrigar a manter, presenciar ou participar de relação sexual sob ameaça, coação ou uso da força e ainda proibir o uso de contraceptivos, forçar matrimônio, gravidez, aborto ou prostituição; d) Patrimonial, no qual configura a retenção, subtração e destruição de bens e objetos, entre outros; e) Moral, que consiste em calúnia, injúria e difamação. (BRASIL, 2006)

A violência doméstica, dificilmente se constitui apenas de um tipo de violência, em muitos casos, acontece mais de um ou todos os tipos de violência. “As violências física, sexual, emocional e moral não ocorrem isoladamente. Qualquer que seja a forma assumida pela agressão, a violência emocional está sempre presente. Certamente, se pode afirmar o mesmo para a moral.” (SAFFIOTTI, 2011, p.75). Essas mulheres, porém, são silenciadas devido à ideologia patriarcal de dominação, na qual a violência está enraizada culturalmente como “normal” em relações afetivas. Esse fator faz com que dados estatísticos levantados a partir das denúncias registradas nas delegacias sejam incompletos quanto à realidade de fato. Isso resulta, assim, na invisibilização da violência.

Como mesmo se evidencia em uma pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança, em parceria com o instituto de pesquisa Data folha em 2019, “Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil - 2º edição”, que levantou dados quantitativos a partir de abordagem pessoal em pontos de fluxo no país. Os dados levantados mostram que cerca de 39% das mulheres sofrem ou sofreram violência doméstica praticada por seus companheiros ou ex-companheiros, e, ainda, que cerca de 52% do total de mulheres que sofreram violência não fizeram nada, se calaram diante do fato ocorrido. Outro fator importante levantado pela pesquisa foi o maior índice de violência sobre mulheres pretas (BRASIL, 2019). O preconceito racial em torno do seu passado histórico de subordinação, no qual a mulher negra encontra-se abaixo do homem e da mulher branca e ainda abaixo do homem negro, faz com que a opressão social a partir do patriarcado seja ainda mais árdua, e a dominação masculina sobre elas, mais violenta.

Segundo Saffiotti (1987), o sistema de dominação está pautado em um sistema único de poder em que se relacionam Patriarcado-racismo-capitalismo, no qual são categorias indissociáveis para compreender toda a opressão sobre o gênero feminino. Ela afirma que a luta de classes isoladamente não se faz suficiente para combater a violência contra a mulher, pois até mesmo revolucionários de esquerda são capazes de agredir suas parceiras tão violentamente quanto conservadores de direita, e ainda se dissimular perante a sociedade como um homem desconstruído. O ideal para o dominador é não perder sua posição de privilégio, de detentor do poder.

Diante disso, pode-se perceber o quanto violência e poder estão intimamente relacionados. E o empoderamento surge nas discussões feministas no EUA em meados dos anos 70, com o objetivo de reconduzir os focos de poder, para que funcione, em coletividade, como capacitador e não como forma de opressão. Sardenberg (2006) afirma que o termo dentro do feminismo tem um fim em si próprio, pois significa autonomia, autodeterminação e libertação das opressões de gênero. Porém esse termo tem sido usado atualmente com significado difuso e contrário à essência feminista.

“Um movimento que antes priorizava a solidariedade social e agora celebra empreendedores femininos. Uma perspectiva que antes valorizava o ‘cuidado’ e a interdependência e agora encoraja o crescimento individual e meritocracia” (FRASER, 2017, p.2). Ou seja, se tornou um elemento individualizante, voltado apenas para o crescimento econômico. Como exemplo, citam-se os sete princípios criados pela ONU mulheres em 2010, voltados para a inserção da mulher na comunidade empresarial. Conforme Cândido e Freitas (2016), esses princípios têm como objetivo estabelecer a igualdade de gênero e aumentar a participação feminina nas atividades sociais e econômicas de maneira igualitária. Não obstante, para Fraser (2017), essa outra significação do empoderamento feminino só age a favor do individualismo (neo)liberal e do crescimento do capitalismo. Pontua a necessidade de retomar o verdadeiro objetivo do empoderamento feminino de tornar mulheres autônomas, donas de si e, ainda, de promover a mobilização feminina para lutarem contra as desigualdades de gênero.

É esse conceito que é importante para o estudo da superação da violência contra a mulher. “O empoderamento como auto-confiança e auto-estima deve integrar-se em um sentido de processo com a comunidade, a cooperação e a solidariedade” (LEON *apud* SARDENBERG, 2006, p.5). É na união entre as oprimidas que criam forças para combater um problema social tão complexo e frequente que é a violência doméstica.

2. Caminhos Metodológicos

Diante da necessidade de se trabalhar a violência doméstica como uma relação de poder, ou melhor, como a legitimação do poder do macho, buscou-se compreender como o empoderamento feminino contribui para o rompimento do ciclo de violência. Para isso, foram coletadas narrativas de duas moradoras do município de Igarapé-Açu/PA, tendo como ponto de partida o uso de entrevistas abertas, pois “é uma forma de colher informações baseadas no discurso livre do entrevistado” (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p.92). Assim, a história de vida dessas mulheres revelaram, além da violência sofrida por anos, os reflexos do empoderamento no rompimento desses relacionamentos. Mostrou o que essas mulheres fizeram para romper com a rotina de uma relação violenta cronificada. “A violência doméstica tende a se transformar em rotina. Esta, todavia, não deixa de ser passível de ruptura.” (SAFFIOTI, 1999, p.454).

A coleta da história de vida é essencial para a pesquisa em questão, pois, para Minayo (1999), faz o informante reviver o momento passado de forma a retomar emoções e sensações inerentes ao acontecimento. Permite que o próprio pesquisado construa um pensamento crítico sobre sua própria experiência e relate para o pesquisador suas interpretações do vivido. É uma técnica que propicia uma variedade de dados relevantes que serão essenciais para posterior teorização. A memória, nesse método, é um elemento fundamental para compreender a realidade à época dos acontecimentos que se quer investigar. Além de ser uma forma de analisar o discurso e os signos a partir de como o informante se recorda dos fatos. “A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores [...]” (HALBWACHS, 1990, p.71).

Não houve maiores dificuldades de contactar as informantes, dado que as interlocutoras fazem parte do meu ciclo de amizade e por anos fui confidente dessas mulheres. O campo foi apresentado a mim, “o envolvimento com o campo pode inclusive começar antes do desembarque do antropólogo em ‘sua aldeia’ e prosseguir mesmo quando ele já a abandonou” (SIL-

VA, 2015, p. 27). Esse fator foi um dos pontos cruciais para escolha do tema da pesquisa, por observar a importância que o empoderamento feminino tem na vida dessas mulheres. Gostaria de salientar que, apesar de fator desencadeador da autonomia e superação da violência, o empoderamento feminino não é o único no combate à violência doméstica. Os demais fatores serão explanados no decorrer do trabalho.

Visando a integridade, foram usados pseudônimos escolhidos pelas próprias informantes. Os nomes escolhidos fazem referência a pedras naturais de significados místicos, e que dizem muito respeito à personalidade de cada uma. Segundo o esoterismo, **Quartzo rosa** está atrelado ao amor e **Ônix**, à força e superação. Isso demonstra como cada uma se define, enquanto a primeira é muito aflorada em emoções, a outra se vê como resiliente dos traumas vividos.

A coleta das informações, através de anotações escritas e gravações de áudio, foram realizadas após a autorização verbal prévia das pesquisadas, após a explicação dos objetivos do estudo e finalidade dos resultados. A “explicitação dos métodos e procedimentos utilizados pelo pesquisador, de modo que fique claro ‘como’ foram obtidas as informações” é essencial para a ética do estudo. (LUDCKE e ANDRÉ, 1986, p. 52)

3. Dialogando com o Campo

A construção da imagem da família patriarcal baseia-se na estrutura hierarquizante no qual cada um detém seu papel. A família se torna, nesse sentido, o espelho da criação dos filhos e o centro de referência moral com a sociedade. “A idéia de família compõe-se, então, de três peças: o casamento (o homem e a mulher) a casa e os filhos” (SARTI, 1994, p.92). O pai, nessa estrutura, é o patriarca, o detentor de poder para falar pela família, o “chefe”, ao qual o restante deve respeito. A mãe é a responsável pelo âmbito doméstico. “A casa é identificada com a mulher e a família com o homem. Casa e família, como o homem e a mulher, constituem um par complementar, mas hierárquico. A família compreende a casa, a casa está, portanto, contida na família” (SARTI, 1994, p.77).

Não obstante, as mulheres da pesquisa não tiveram as famílias de origem pautadas nesse modelo. A Quatzo rosa, de 29 anos, foi criada pela avó e pelo avô, e a Ônix, de 28 anos, foi criada pela avó e não conheceu o pai. Essa realocação da referência de pai e mãe, segundo Sarti (1994), é relativa e implica em uma flexibilidade das categorias. Ambas presenciaram e participaram de situações de violência familiar, a primeira, por parte do avô que agredia sua avó, que se resignava devido aos dogmas a igreja. A segunda, por parte da mãe, em que se agrediam verbalmente e fisicamente. Mesmo assim, com as experiências vividas, construíram famílias tradicionais. “É, sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculina.” (BOURDIEU, 2002, n.p.).

A violência nos relacionamentos afetivos geralmente não acontece no início. A fase em que ambos se apaixonam é, segundo Bourdieu (2002), uma trégua milagrosa que se dá, em que a necessidade do homem se mostra viril e sua vontade de dominar parece anulada. “Durante o nosso namoro eu não me lembro que ele tenha me agredido, nem verbalmente e nem fisicamente, acho que depois da convivência” (ÔNIX, 2019). Passada essa fase, em que o amor predomina ambos, o sentimento de dominador retorna e, com a convivência, o homem vê a necessidade de manter a mulher sob seu controle. “Até mesmo a linguagem que empregamos dentro do casamento é reveladora: frequentemente é uma linguagem de posse, não de parceria.” (ADICHIE, 2014, p. 37).

Morais e Rodrigues (2005) afirmam que, nesse primeiro estágio, é uma relação de confiança, porém os estágios posteriores configuram o rompimento dessa confiança, tal como: 1) primeira agressão e sentimento de culpa; 2) vítima assume o modelo mental do agressor; 3) desenvolve uma síndrome semelhante a “síndrome de estocolmo”, chamado “síndrome da mulher espancada”. Essa síndrome constitui sintomas como dependência, idealização e defesa do agressor, raiva, desesperança, culpa álcool e drogas e não denunciam por medo.

Eu insistia na relação porque a gente acha que é amor na verdade né, a gente acha que a gente tem aquela esperança de que vai mudar né “ah! ele vai mudar”, “Ah! vai ser diferente”, “Ah! porque ele chorou, porque ele disse que vai mudar” e nada muda. (ÔNIX, 2019)

Como se pode perceber, a mulher se mantém no relacionamento devido ao amor idealizado que resulta em omissão das violências praticadas contra ela e por medo de perdê-lo. Essa relação entre dominado/dominador é de dependência emocional. É a construção do habitus defendido por Bourdieu (2002), no qual “os dominados aplicam categorias do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação [...]. O que pode levar a uma espécie de autodepreciação ou até de autodesprezo sistemáticos” (n.p.).

O que me deixava triste é que eu passava fome com ele e mesmo assim ele me traía. Depois pedia desculpa, chorava e eu perdoava achando que ia mudar [...]. Eu me acostumei com a presença dele, eu achava que não conseguiria viver sem ele. Eu era muito apaixonada por aquele homem. (QUARTZO ROSA, 2019)

Além disso, há a crença de que a mulher irá mudar o companheiro, torná-lo uma pessoa melhor, e assim se submete a violências que destroem vários aspectos de sua vida social gradualmente, inclusive, em casos extremos, à morte.

O sentimento de onipotência experimentado pela maioria das mulheres transforma-as, não em cúmplices, conduta que exigiria plena consciência do contexto social, econômico e político que comporta as relações patriarcais de gênero, mas em colaboradoras, em inocentes úteis. (SAFFIOTI, 2002, p.69)

É relatado, em ambos os casos, que as agressões mútuas eram frequentes. É quando a relação violenta se cronifica. “Essas cenas revelam que a agressão funciona como uma espécie de ato de comunicação no qual os parceiros ensinam a criar novas formas de relacionamento, sem empregar recursos que levem a um acordo, a um entendimento ou a uma negociação das decisões” (GREGORI, 1993, p.149). A permanência na relação, ou seja, o ato de consentir nesse caso não é somente porque a mulher almeja estar com o agressor, e, sim, devido à falta de conhecimento das estruturas que lhe oprimem. Para ela, é natural e é o correto a se fazer em prol da sua família. Como mesmo afirma Saffioti (1999), esse consentimento só é a aparência do fenômeno, pois a consciência da mulher dominada é diferente da consciência do dominador. Ou seja, falam de categorias sociais em que um exerce o poder sobre o outro, logo, não consentir, e sim ceder diante da violência e das pressões sociais.

Aconteceu uma vez de eu estar grávida do H., Eu tava grávida do meu segundo filho, eu tava com uns seis meses eu acho, então como já falei eu não aceitava drogas né, então ele tinha sumido o dia todo e eu já conhecia. Então quando ele chegou em casa, como falei, sempre fui muito pra frente e então fui tirar satisfação, mas fui tirar satisfação conversando com ele, em nenhum momento eu agredi ele. Ele tava bebido e com certeza ele tava drogado, porque ele tava bastante alterado, e eu tava com seis meses e essa minha gravidez foi um pouco complicada, eu tive uns problemas de saúde nessa gravidez e aí ele me agrediu muito dessa vez, que eu fiquei com o joelho muito inchado e a gente morava numa vila e as pessoas, no caso a dona da vila e o dono da vila tiveram que entrar em casa, porque eu já tinha caído né e ele continuava me batendo. (Ônix, 2019)

Em muitos casos também, essa violência é associada ao consumo de álcool, falta de emprego e ao uso de drogas. No entanto, esses fatores não são justificativas para a agressão, pois a “violência, todavia, já está contida nos homens em virtude das relações que construíram com as mulheres, graças a assimetria contida na estruturação da sociedade em gênero. Problemas de ordem financeira e álcool são apenas facilitadores do processo de violência.” (SAFFIOTI, 1999, p.449). Além disso, pode-se perceber a omissão da sociedade perante o acontecido, pois, mesmo com um ambiente com várias famílias, só interferiram porque a vítima estava grávida, e ainda quando as agressões se tornaram muito sérias.

Ele é um cara muito machista né, até hoje, tipo: homem trabalha e mulher fica em casa Até hoje eu recebo uma pensão né, eu sou pensionista do Estado, eu sempre recebi essa pensão mesmo estando com ele, só que nesse tempo essa pensão não dava pra mim me manter. Eu não tinha condições de alugar uma casa, de pagar luz, água e ficar com meus filhos. (ÔNIX, 2019)

Como se pode perceber, outro fator que pesa para que essas mulheres não abandonem seus maridos é a dependência financeira. Porém, percebe-se também que eles agem para mantê-las nessa condição, pois não as deixam trabalhar.

Ele não deixava eu estudar, não pagava curso pra mim. Eu consegui um emprego, mas quando eu tinha que ficar até mais tarde na loja, ele não entendia, sentia ciúmes. Fiquei só um mês lá. Uma vez, nessas festas de fim de ano, fiquei o dia todo em pé atendendo clientes e quando saí morta de cansada, ele tava na frente da loja com minha filha pra eu amamentar. (QUARTZO ROSA, 2019)

Muitas mulheres também vivem com o agressor devido aos filhos. Pois cabe à mulher o papel fundamental de mãe, o julgamento da sociedade da mãe que deixa o marido e “não pensa nos filhos” pesa quando ela vai fazer uma denúncia, ou sair de casa. “Então eu fui muito covarde né? É, pra preferir viver com ele desse jeito, amando ele eu acho né, na minha cabeça, pensando que pudesse ser amor, melhor do que voltar pra casa da minha mãe, com filho na barriga e outro já grandinho.” (ÔNIX, 2019).

Em muitos casos, a própria família induz a mulher a suportar a violência em prol da manutenção da moral da família. Como podemos ver na fala da interlocutora, ela tinha medo dos

julgamentos de voltar para a casa da mãe com dois filhos. Além disso, quando o pai faz seu papel de zelar e cuidar dos filhos (sem ser uma tarefa atribuída só à mulher), isso serve de justificativa para que a mulher suporte a violência sofrida: “Você tem que perdoar ele, porque pelo menos ele te ajuda com as meninas, faz as coisas dentro de casa e não gasta o dinheiro dele com prostituta.” (QUARTZO ROSA, 2019). Assim, não há um perfil específico do abusador, pois ele pode ter uma vida social absolutamente normal e aparentar boa índole, mas ser violento no ambiente doméstico.

Nunca se conseguiu estabelecer o perfil do agressor [...], uma vez que, geralmente, eles possuem um emprego no qual se relacionam convenientemente, desempenhando a contento também outros papéis sociais visíveis. Na esfera privada, todavia, obscurecida pela invisibilidade, muitos homens comportam-se violentamente, contando com a mudez da companheira dominada e, se esta denunciá-lo, com o auxílio de sua libada reputação, se não houver marcas corporais, finalmente, com a impunidade. (SAFFIOTTI, 1999, p.451)

Diante das discussões acima, vimos o quanto é necessário o empoderamento feminino. Uma das formas de romper com essa opressão sofrida pelo gênero feminino. “O ideal seria uma organização de gênero que se mantivesse no mesmo patamar, quanto à probabilidade do exercício de poder, homens e mulheres” (SAFFIOTTI, 1999, p.461). O processo de empoderamento é um questionamento que vai surgir em torno das forças sistêmicas que oprimem as mulheres. O impulso, segundo Morais e Rodrigues (2005), é externo, através de leituras, vídeos, palestras ou qualquer outro meio que lhe traga conhecimento desse sistema patriarcal dominador que influi sobre ela. Essa é a primeira fase elencada por Stromquist (*apud* SARDENBERG, 2006): a cognitiva, que desenvolve a criticidade das vítimas.

Uma parcela das mulheres consegue romper com a relação dominada/dominante, saindo do estado de não-conhecimento para o de conhecimento. Sua consciência perde as características de dominada e passa a ter uma visão de conjunto das relações de gênero. Mais do que isto, muitas lançam-se na luta pela ampliação da cidadania feminina, fazendo uma leitura dos direitos humanos a partir da óptica de gênero. (SAFFIOTTI, 1999, p. 453)

A segunda fase é a psicológica, que é a internalização de sentimentos contrários ao medo, tais como autoestima e autoconfiança.

Antes eu não podia usar um hidratante, eu sou louca por hidratante, mas só podia usar de fosse pra ele. Eu não podia me depilar, porque se eu tivesse me depilando era pra alguém. Fiz academia uma vez, mas quando ele viu que eu tava emagrecendo começou a sabotar minha dieta. Levava lanches pra casa e comia na minha frente sabendo que eu tava fazendo um esforço enorme pra não comer. Hoje em dia, eu uso os hidratantes que quero, pratico o esporte que amo, que é o vôlei. (QUARTZO ROSA, 2019)

Como afirma Bourdieu (2002), a dominação masculina que objetifica a mulher faz com que elas se sintam inseguras com o próprio corpo. Destarte, reduz sua autoestima para satisfação do ego masculino. O incômodo com a prática de esporte também se dá pelo fato de o corpo feminino

mudar sua significação de corpo apenas para o olhar do outro e passa a atribuir-lhe uma função ativa, este constitui, então, a sua própria ação diante da sociedade.

A terceira fase é a política, em que reconhece as desigualdades de poder e possibilita maior mobilização coletiva. Segundo SILVA (2017), A mobilização das mulheres têm sido importante para a visibilidade dos crescentes números de violência doméstica, para combater a desigualdade de gênero e para desnaturalizar valores discriminatórios.

A partir do momento que tu vê que tal mulher conseguiu superar isso, tu se espelha. Se ela conseguiu, eu também posso conseguir. Depois que a Lei Maria da Penha veio, quantas mulheres já não deixaram de morrer e também quantas já não morreram. Eu acho que a gente tem que se unir, pra não deixar que isso aconteça, assim como aconteceu comigo. (ÔNIX, 2019)

A quarta e última é a econômica, que garante independência financeira. “O meu curso de cabeleira me ajudou muito, assim como os meus laços, agora eu tenho meu dinheiro” (QUARTZO ROSA, 2019). Como afirmado anteriormente, não é só o empoderamento que é capaz de romper com o ciclo de violência contra a mulher. É necessária ainda uma ação do Estado e da sociedade. A desconstrução não deve ser feita apenas com as mulheres, mas com homens também, afinal, eles são o centro do patriarcado e devem compreender seus papéis enquanto opressores no sistema.

Existem as leis vigentes de proteção à mulher, que são: a lei Maria da Penha (11.340/2006) que fez mudanças significativas no código penal em seu parágrafo 9º do artigo 129, esses agressores podem, a partir dessa mudança, serem presos em flagrante e podem ter sua prisão preventiva decretada, banimento da pena alternativa e o aumento da detenção de um ano para três anos (BRASIL, 2006); e a lei de feminicídio (13.104/15) que torna crime hediondo a violência contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, no qual foi, ainda aprovado em 2018, em plenário, o agravamento da pena para 12 a 30 anos de reclusão. (BRASIL, 2015)

Existem também as DEAMs (Delegacias Especializadas de atendimento à Mulher), no qual, segundo Silva (2017), constituem o primeiro contato que as vítimas têm com o Estado em busca de solução para o problema. Para maior efetivação do órgão, é necessário que haja uma rede articulada entre defensoria pública, Instituto Médico Legal, Tribunal de Justiça e ainda profissionais capacitados em gênero para atender às demandas. Os Centros de Referências como o CRAS (Centro de referência em assistência Social), o CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social) e o CRAM (Centro de Referência de Atendimento à Mulher), também são imprescindíveis no atendimento à mulher vítima de violência, pois “são espaços de atendimento psicológico, social, educacional, de orientação e encaminhamento jurídico à mulher em situação de violência.” (SILVA e CARRERA, 2017, p. 105). Segundo as autoras acima, a educação também é um meio eficaz de combater a violência contra a mulher. É importante que docentes da educação básica estejam cientes do sistema de dominação que incide sobre as mulheres e ensinem seus alunos sobre igualdade e respeito aos direitos humanos.

Outro ponto importante é a rede de apoio, que constituem família e amigos que podem fornecer não só a proteção contra a violência, como também podem dar o apoio financeiro para que saiam dessa condição. Sem essa rede de apoio, o impacto é a “vulnerabilidade frente à violência, já que os sujeitos se mostram isolados e sem apoio afetivo” (LETTIERE e NAKANO, 2011, p.5).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, podemos perceber o quanto o empoderamento favorece a autonomia e impulsiona transformações significativas nos relacionamentos violentos. As mulheres não são as culpadas, como vários ditados do senso comum costumam afirmar. São vítimas de um sistema integrado de dominação, em que pesa sua condição feminina, sua categoria de classe e sua cor de pele, pois, quando negras, sofrem uma dominação tripla. A mulher não consegue se emancipar sozinha, precisa-se muito mais do que apenas “querer” sair dessa condição.

O “querer” romper com o ciclo de violência é importante sim, pois demonstra que a vítima já passou pela primeira fase de se situar e compreender as forças sistêmicas opressoras. Não obstante, como explanado no trabalho, necessita-se muito mais que isso. O Estado tem um papel imprescindível nessa luta, pois deve romper com os paradigmas vigentes que o constituem. A impunidade faz com que muitos casos não cheguem à justiça, além da burocracia que prejudica o andamento do processo. O aumento de pena e mudanças legislativas é necessário, porém a garantia do cumprimento deve ser a prioridade no enfrentamento à violência doméstica.

A constituição de estereótipos moralistas sobre as mulheres também fazem com que não haja a denúncia e ainda podem servir como forma de inverter a situação para culpabilizá-las. Por isso, a transformação da sociedade é também o outro ponto essencial no processo, pois é perpetuadora das desigualdades sociais através da tradição, do machismo inculcado. Assim, pode-se concluir que o empoderamento feminino age, sim, como colaborador dessa conscientização e de fator essencial na luta contra a violência doméstica, mas que deve estar atrelado a uma luta conjunta, que resulte em mudanças, não só em casos específicos, mas também em todas as instituições sociais em que o sexismo está solidificado.

A realização de estudos sobre gênero é essencial para ampliar o olhar sobre a temática e promover intensificação da luta, afinal, o conhecimento é um dos primeiros impulsionadores do empoderamento e mobilização feminina contra a violência. O que evidencia os pontos de opressão que são invisibilizados por uma cultura machista que é capaz de chegar às diversas camadas sociais. Logo, o estudo sobre empoderamento também está atrelado às possibilidades de estudos sobre outros mecanismos de enfrentamento e sobre outras relações de poder em que violência se faz presente, como por exemplo, em relacionamentos homoafetivos. Este caminho nos possibilita pensar um relacionamento firmado com base no respeito mútuo, buscando, assim, tornar mais possível a igualdade de gênero.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Sejamos todos feministas*. São Paulo: Companhia das letras, 2014.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1970.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. *Lei Maria da Penha*. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.

BRASIL, *Lei de Feminicídio*. Lei 13.104/2015. o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Presidência da República, 2015.

BRASIL. *Visível e Invisível: A vitimização de mulheres no Brasil*. 2 ed. Fórum Brasileiro de segurança pública. 2019.

CÂNDIDO, E.C.; FREITAS, S.A. *O empoderamento feminino: uma abordagem discursiva*. In: VI seminário Internacional da América Platina (VI SIAP) e I colóquio Umbral de estudos fronteiriços. Campo Grande: UEMS, 2016.

DURKHEIM, Émile. Algumas formas primitivas de classificação. In: *Coleção Grandes Cientistas Sociais – Émile Durkheim*. 9 ed. São Paulo: Ática, 2000. P.183-203.

FRASER, Nancy. *Como o feminismo se tornou a empregada do capitalismo – e como resgatá-lo*. The Guardian. 2007.

GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. As desventuras do vitimismo. In: *Revista Estudos Feministas*, vol.1, CIEC/UFRJ, 1993, p.143-149.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Revista dos tribunais LTD, 1990.

LETTIERE, A; NAKANO, A.M.S. Violência Doméstica: as possibilidades e os limites do enfrentamento. *Rev. Latino-am Enfermagem*. nov-dez, 2011. Disponível em: www.eerp.usp.br/rlae. Acesso em: 12 de agosto de 2019.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. 9 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

LUDCKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, Marília Cecília de Souza. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MORAIS, M. O.; RODRIGUES, T. F. Empoderamento feminino como rompimento do ciclo da violência doméstica. *Revista de ciências humanas*, Viçosa, v.16, n.1, p.89-103, 2016.

SAFFIOTI Heleith I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. *Gênero, Patriarcado e Violência*. 2 ed. São Paulo: Graphium editora, 2011.

_____. A violência de gênero no brasil atual. In: *Estudos Feministas*, 1999. p. 443-461.

_____. Violência doméstica: questão de polícia e da sociedade. In: *Cidadania e Gênero*, Campinas: Núcleo dos estudos de gênero - UNICAMP, 2002, p.9-20.

SARDENBERG, Cecília M.B. Conceituando “Empoderamento” na perspectiva Feminista. In: I Seminário Internacional: Trilha do empoderamento de mulheres – projeto Tempo, Salvador. *Anais...* Salvador, NEIM/UFBA, 2006.

SARTI, Cynthia. *A Família como Espelho: Um Estudo Sobre a Moral Dos Pobres Na Periferia de São Paulo*. 1994. 215 f. São Paulo: USP, 1994. Tese (Doutorado em Antropologia)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

SILVA, Lana Cláudia Macedo da. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E EDUCAÇÃO: DE-SAÍOS E PERSPECTIVAS DA DEAM/BELÉM, PARÁ, BRASIL. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress. Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X . Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1495290975_ARQUIVO_VIOLENCIACONTRAAMULHEREEDUCACAO.pdf . acesso em: 8 de setembro de 2019.

SILVA, L. C. M ; CARRERA, A.D.M. Em Briga de Marido e Mulher a Educação Mete a Colher. *Cardernos de Gênero e Diversidade*, vol. 03, n. 01, jan-abr, 2017. p.96-113. <https://portalseer.ufba.br/inder.php/cadgendiv>. Acessado em: 04 de setembro de 2019 às 16:45 hrs

SILVA, Vagner Gonçalves da. *O Antropólogo e sua Magia: Trabalho de Campo e Texto Etnográfico nas Pesquisas Antropológicas sobre Religiões Afro-Brasileiras*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.